



EDITORIAL

Prezados (as) leitores (as),

Apresentamos o novo número do boletim do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO), o Conjuntura LABMUNDO. Nosso objetivo é acompanhar e divulgar notícias relacionadas com os principais temas de pesquisa do laboratório. Nesta edição, além da habitual seleção de notícias sobre os temas principais do LABMUNDO, apresentamos um mapa sobre a votação no Conselho de Direitos Humanos da ONU para a formação de comissão de inquérito, visando a apurar denúncias de violação dos direitos humanos na operação militar israelense na faixa de Gaza. Na sessão das notícias, dedicamos um espaço especial à VI Reunião de Cúpula dos BRICS que aconteceu no Brasil, na cidade de Fortaleza. Desejamos uma boa leitura e bons estudos.

Equipe Conjuntura LABMUNDO.

NOTÍCIAS

Debata sobre Mercosul demonstra polarização política no Brasil

Artigo da revista Veja classifica as iniciativas do Mercosul como populistas, desconsiderando o anacronismo do termo e também as diferenças que existem entre as realidades políticas de cada país membro do bloco. Essa é a posição que, segundo artigo de Marcelo Zero, na Carta Capital, demonstra o incômodo dos conservadores com a organização regional: o seu real êxito econômico. O argumento da mídia tradicional sustenta que o Mercosul é ideologizado e afasta o Brasil de tratados bilaterais de livre comércio que o insira nas "cadeias de produção global". Os números apresentados por Zero demonstram, no entanto, o crescimento significativo do comércio dentro do bloco e a predominância das exportações brasileiras de bens industrializados (90%), o que revela o caráter estratégico e pragmático da organização regional para o Brasil.

Fontes: [Veja](#) e [Carta Capital](#)

Reunião de Cúpula do Mercosul

A 46ª Reunião de Cúpula do Mercosul, em Caracas, abordou diversas temáticas econômicas, como a liberalização do comércio na América do Sul e o acordo de livre comércio com a União Europeia, e políticos, como a posição em comum do grupo condenando a violência desproporcional de Israel na ofensiva em Gaza e rechaçando a condenação da Argentina por um juiz de primeira instância do estado de Nova Iorque, por conta de dívidas com os "fundos abutres".

Fontes: [DW](#), [Tribuna Hoje](#), [O Tempo](#) e [governo brasileiro](#)

Solidariedade contra os "fundos abutres"

O Mercosul e a UNASUL manifestaram o apoio sul-americano à Argentina devido a crise financeira que o país atravessa por conta da dívida dos chamados "fundos abutres". Os países sul-americanos ressaltam a necessidade de se repensar a fórmula de cobrança de dívidas soberanas, pois o julgamento de um juiz local de Nova York não seria apropriado para a questão

Fontes: [Terra](#), [EBC](#) e [Valor](#)

Anão diplomático?

A declaração pouco diplomática do porta-voz da chancelaria israelense, na qual alcunhou o Brasil de "anão diplomático", estremeceu a relação entre os dois países. Tal fato ocorreu depois da decisão brasileira de convocar o embaixador do Brasil em Tel-aviv para consultas devido ao uso desproporcional da força pelo exército israelense no conflito com os palestinos. Todavia, em um ato de reconhecimento do erro e também da relevância do Brasil na arena internacional, o presidente de Israel, Reuven Rivlin, emitiu pedido de formal de desculpas, o qual teria sido motivado, segundo a mídia, por interesses econômicos.

Fontes: [Reuters](#), [O Globo](#), [G1](#), [Carta Capital](#)



VI Cúpula dos BRICS

A criação do Acordo Contingente de Reservas e do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, durante a VI Cúpula em Fortaleza, deu materialidade institucional ao grupo. As duas iniciativas surgem como alternativas ao “ocidental-centrismo” da ordem financeira internacional nascida depois da II Guerra Mundial, haja vista a hegemonia combinada de estadunidenses e europeus nas duas principais instituições financeiras de Bretton Woods, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Fontes: [RUVR](#), [Estadão](#), [Estadão](#), [Carta Capital](#), [Carta Capital](#), [Exame](#) e [O Globo](#)

Os benefícios dos BRICS para o Brasil

Oliver Stuenkel comenta sobre benefícios que o Brasil ganha com sua participação nos BRICS. O maior deles é a possibilidade de aprofundar sua relação com e o seu conhecimento sobre a China. Além disso, os BRICS podem ser capitalizados pela diplomacia brasileira como um vetor para consolidar a liderança regional do país, potencial demonstrado com a realização do Fórum BRICS-América do Sul no âmbito da VI Cúpula dos BRICS que ocorreu no mês de julho em Fortaleza.

Fonte: [Brasilpost](#)

Banco dos BRICS e o novo paradigma dos investimentos internacionais

Artigo de Parag Khannano no periódico “El País” explica que a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS reflete um novo paradigma para o financiamento internacional, no qual a infraestrutura, destino dos investimentos do novo Banco dos BRICS, supera os gastos em defesa e se tornam um instrumento de geopolítica tão ou mais importante que as alianças militares.

Fonte: [El País](#)

União Europeia tenta pressionar América Latina a não fazer novos negócios com Moscou

Embargo a produtos agrícolas europeus abriu chance para latino-americanos ampliarem trocas comerciais com a Rússia. Bruxelas tenta frear aproximação e evitar que suas sanções percam efeito esperado. Com a tensão entre Rússia e o Ocidente, Brasil, Chile e Peru estão de olho em novos negócios com a Rússia, sobretudo referente às commodities agrícolas. Recentemente o Brasil conseguiu a habilitação de mais de 90 instalações frigoríficas para exportar ao mercado russo, demonstrando que a União Europeia terá trabalho para demover o Brasil e seus vizinhos dessa aproximação.

Fontes: [DW](#); [G1](#) e [Valor](#)

Tensão na fronteira entre a Rússia e Ucrânia em pauta

A possibilidade de uma guerra franca entre a Ucrânia e a Rússia e suas possíveis consequências traz um ambiente de incertezas e pode colocar alianças políticas regionais e internacionais em xeque. Além do mais, uma solução política para o impasse se mostra distante. A queda de um avião comercial da Malásia na região de conflito e tentativas de amenizar a crise humanitária que atinge o leste da Ucrânia, com o envio de comboios não autorizados de ajuda por parte da Rússia, indicam forte tensão na região.

Fontes: [Reuters](#), [G1](#), [G1](#) e [BBC](#)

Brasil - Novo ‘primo rico’, acumula pedidos de ajuda

O Ministério da Defesa brasileiro viu crescer, de forma exponencial, as solicitações de cooperação militar nos últimos anos. Alguns dos motivos para tal prestígio são a expansão da Marinha do Brasil, a disposição das escolas militares brasileiras para aceitar alunos estrangeiros, a ausência de restrições politico-ideológicas para o uso dos equipamentos fabricados no Brasil e as graves dificuldades econômicas da Argentina, que deixou de ser referência em prestamento militar na América do Sul.

Fonte: [Defesanet](#)



Brasil e Chile firmam parceria na área de Direitos Humanos

No último dia 28 de julho de 2014, foi firmado entre Brasil e Chile, um memorando de entendimento visando o intercâmbio de documentação para o esclarecimento de graves violações aos direitos humanos. O documento cria um marco de cooperação que permite esclarecer graves violações ocorridas durante as ditaduras militares que assolaram ambos os países. Os trabalhos se darão, principalmente no âmbito da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul. No Brasil, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República estará a cargo do assunto.

Fonte: [Portal Brasil](#)

O clímax da política externa de Dilma

Com uma política externa criticada por alguns em função de seu perfil mais tímido, principalmente em comparação ao seu predecessor, a Presidente Dilma Roussef viveu em julho o mês mais importante da política externa de seu governo. Além de receber dezenas de chefes de Estado para o encerramento da Copa do Mundo, o Brasil assinou acordos em temas diversos, como infraestrutura, tecnologia, meio ambiente e defesa, com China, Índia e Rússia. Os chefes de Estado desses países vieram ao Brasil para a VI Cúpula dos BRICS que, além de criar o Banco dos BRICS e o Fundo de Reservas, representou uma oportunidade de afirmação da liderança regional brasileira, com a participação de todos os países sul-americanos, graças ao convite da chancelaria brasileira. Com uma política externa criticada por alguns em função de seu perfil mais tímido, principalmente em comparação ao seu predecessor, a Presidente Dilma Roussef viveu em julho o mês mais importante da política externa de seu governo. Além de receber dezenas de chefes de Estado para o encerramento da Copa do Mundo, o Brasil assinou acordos em temas diversos, como infraestrutura, tecnologia, meio ambiente e defesa, com China, Índia e Rússia. Os chefes de Estado desses países vieram ao Brasil para a VI Cúpula dos BRICS que, além de criar o Banco dos BRICS e o Fundo de Reservas, representou uma oportunidade de afirmação da liderança regional brasileira, com a participação de todos os países sul-americanos, graças ao convite da chancelaria brasileira.

Fontes: [Carta Capital](#) e [O Tempo](#)

RESUMO DE PESQUISA

Título: Entre o Norte e o Sul: um estudo sobre o papel das organizações da sociedade civil brasileira na cooperação internacional para o desenvolvimento

Autora: Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos

O sistema da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) vem, nos últimos anos, assumindo diferentes contornos em função das transformações pelas quais passa a ordem mundial contemporânea. Da crise da tradicional cooperação Norte-Sul (CNS) ao fortalecimento da cooperação Sul-Sul (CSS), inúmeras mudanças impactam e são impactadas pelos interesses, alianças, diálogos, parcerias, conflitos e contestações provenientes do emaranhado de relações entre os múltiplos atores partícipes desse sistema. Em meio a um cenário mutante, o Brasil organiza a sua política externa de cooperação para o desenvolvimento voltada, cada vez mais, para os países do Sul. Constrói, no entanto, a cooperação oficial brasileira sem efetivo diálogo com a sua sociedade civil. Assim, "espremidas" entre a crise da cooperação do Norte, de onde provêm as suas alianças históricas, e sem encontrar um espaço de participação na CSS empreendida pelo próprio país, as organizações da sociedade civil brasileira se veem desafiadas a se reorganizar e a rever o seu papel nesse sistema. O trabalho que ora se apresenta objetiva compreender, portanto, o papel das organizações da sociedade civil brasileira na cooperação internacional para o desenvolvimento diante das mudanças contemporâneas do/no Norte e do/no Sul, oficiais e não institucionais, assim como analisar a sua participação neste tipo de cooperação. A tese aqui defendida é de que as inúmeras transformações contemporâneas no âmbito da cooperação internacional – no que tange à CNS e à CSS do governo brasileiro – produzem uma reconfiguração do papel das organizações da sociedade civil brasileira, em especial as autodenominadas ONGs, tornando-o cada vez mais técnico e, portanto, interferindo na sua perspectiva militante e de participação política. Por fim, ilustra-se o argumento desta tese com um estudo sobre a relação entre o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids da Bahia (Gapa-Bahia) e a cooperação internacional, que transita da recepção da ajuda do Norte à socialização de expertise para o Sul.

Palavras Chave: Cooperação internacional para o Desenvolvimento. Cooperação Sul-Sul. Cooperação triangular. Organizações da sociedade civil brasileira. Participação. Gapa-Bahia.

[Link da tese de doutorado](#)

Conjuntura labmundo

ATELIÊ DE CARTOGRAFIA LABMUNDO

Por Magno Klein

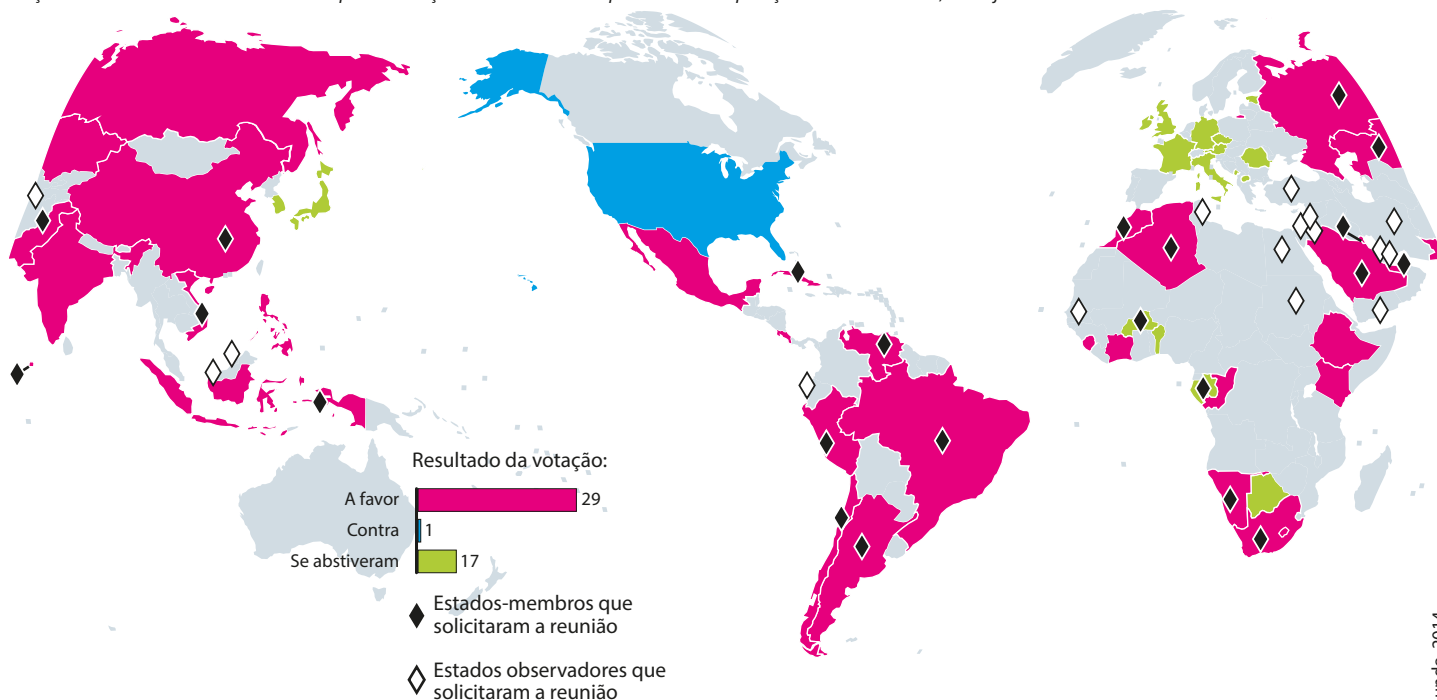
O Conselho de Direitos Humanos foi criado pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas em 2006 para substituir a Comissão de Direitos Humanos fundada em 1946. Seu objetivo é reforçar a promoção e a proteção dos direitos humanos no mundo inteiro. O novo organismo tem como novidade a avaliação periódica da situação dos direitos humanos em todos os países do mundo, incluindo os países industrializados (UPR/Universal Periodic Review). O Conselho é composto por 47 países, mantendo sempre uma representação geográfica equitativa (13 africanos; 13 asiáticos; 7 países do Leste Europeu; 8 da América Latina e Caribe; e 7 da Europa Ocidental e Outros) eleitos para um mandato de três anos, com possibilidade de até dois mandatos consecutivos. O grupo se reúne pelo menos três vezes ao ano em Genebra (Suíça), com distância máxima de dez semanas entre as reuniões. Encontros também podem ocorrer para avaliar situações emergenciais, sendo necessários a convocação de um dos Estados-membros e o apoio de um terço dos demais.

No dia 23 de julho, à pedido de 22 Estados-membros e 16 Estados observadores ocorreu uma sessão especial

do Conselho para avaliar a operação militar israelense, conhecida como Margem Protetora, contra Gaza. A reunião produziu uma resolução que condenou Israel pela ofensiva sobre a Faixa de Gaza e criou uma comissão para investigar crimes e violações do direito internacional durante a ofensiva. Somente os Estados Unidos votaram contra as medidas do Conselho, ao afirmar que a medida seria “destrutiva” e não contribuiria para o fim das hostilidades. 29 Estados votaram a favor e outros 17 se abstiveram. O resultado final da votação indicou uma divisão geopolítica, com países ocidentais (incluindo Coreia do Sul e Japão) se abstendo enquanto países do Sul Global mais agressivamente se posicionaram contrários à ação israelense. Nesta sessão especial, os representantes de cada país definiram sua posição no conflito. O Brasil condenou fortemente o bombardeio israelense em Gaza, assim como o lançamento de foguetes e morteiros de Gaza em direção a Israel e a colocação de armas em escolas. Para o país, Israel não deveria negligenciar suas responsabilidades sob o direito internacional humanitário, especificamente em proteger a população civil palestina. A ocupação ilegal de Israel seria a principal causa das violações de direitos humanos na Palestina. O país defendeu a formação da comissão internacional independente de inquérito.

OFENSIVA ISRAELENSE À FAIXA DE GAZA

Votação no Conselho de Direitos Humanos para formação de comissão de inquérito sobre a operação militar israelense, 23 de julho de 2014



Fonte: Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, 2014.

Labmundo, 2014